



NEOENERGIA

CNPJ nº 08.274.591/0001-05

Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

GERAÇÃO CIII S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2022, a Geração CIII S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. ("GERAÇÃO CIII") é uma Companhia de capital fechado estabelecida em 31 de julho de 2006, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da UHE Corumbá III, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da UHE Corumbá III, bem como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, (ii) prestação de serviços de operação e manutenção, assistência técnica, reparos e construção de sistemas relativos à atividade relacionada à produção e/ou geração, distribuição e transmissão de energia elétrica e desenvolvimento de sistemas de energia elétrica e similares de interesse restrito da UHE Corumbá III; (iii) elaborar projetos técnicos na área de energia e correlatos de interesse restrito da UHE Corumbá III; (iv) organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e (v) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui participação de 60% no Consórcio Corumbá III e 25% na Energética Corumbá III que opera a UHE Corumbá III, localizada no estado de Goiás.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Corumbá III é uma usina hidroelétrica instalada no rio Corumbá, no estado de Goiás. O local do barramento se encontra cerca de 125km de Brasília e 274km de Goiânia. A usina possui duas unidades geradoras com turbinas Francis vertical, uma Unidade Geradora com 47,80 MW e outra Unidade Geradora com 48,64 MW totalizando 96,45MW de potência instalada da usina. O contrato de concessão termina em 14/02/2037. Em 2021, foi gerado o montante bruto de 297.522,74 MWh. O índice de disponibilidade da usina em 2022 foi de 99,25%; a Disponibilidade acumulada em 60 meses foi de 95,55% (ambas acima do valor de referência - 96,45%) e o índice de confiabilidade foi de 99,57%.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta	114.448	95.464	19,89
Receita Operacional Líquida	101.591	84.740	19,89
Margem Operacional Líquida	75.482	74.372	1,49
EBITDA	89.880	86.546	3,9
Resultado Financeiro	878	(5.158)	(117,02)
Lucro Líquido	64.166	56.601	13,37
Margem Operacional (%)	74,30%	87,76%	(13,47)
Margem EBITDA (%)	88,47%	102,13%	(13,66)
Margem Líquida (%)	63,16%	66,79%	(3,63)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/22	dez/21	Variação%
Ativo Total	400.728	400.161	0,14
Dívida Bruta	1.825	13.857	(86,83)
Dívida Líquida ⁽²⁾	(17.425)	(12.831)	35,80
Patrimônio Líquido	299.877	279.587	7,26

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	(0,19)	(0,15)	30,77
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽³⁾	(102,37)	16,78	(710,1)

⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

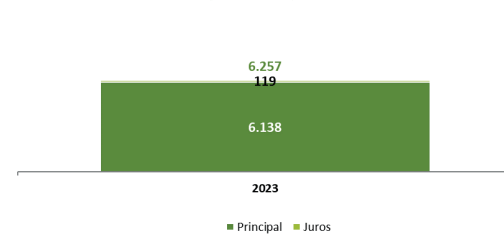
Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	64.166	56.601	7.565	13,37
Receitas financeiras (B)	5.279	1.300	3.979	306,08
Despesas financeiras (C)	(4.524)	(6.369)	1.845	(28,97)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	123	(89)	212	(238,20)
IR e CSL (E)	(18.626)	(18.396)	(230)	1,25
Depreciação (F)	(7.666)	(6.091)	(1.575)	25,86
Amortização de ágio (G)	(300)	(300)	-	-
EBITDA = (A+B+C+D+E+F+G)	89.880	86.546	3.334	3,85

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui sua dívida contratada junto ao BNDES com vencimento previsto para 2023.

GERAÇÃO CIII (em R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU Auditores independentes (DELOITTE), firmado em 30/12/2021 e prazo de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU Auditores independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 66.362,40 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Geração CIII S.A. ("Geração CIII"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Geração CIII e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Geração CIII.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Geração CIII sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional, líquida	3	101.591	84.740
Custos dos serviços		(26.109)	(10.368)
Custos com energia elétrica	4	(10.920)	2.618
Custos de operação	5	(15.189)	(12.986)
Lucro bruto		75.482	74.372
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(4.233)	(3.863)
Equivalência patrimonial	10	10.665	9.646
Lucro operacional		81.914	80.155
Resultado financeiro	6	878	(5.158)
Receitas financeiras		5.279	1.300
Despesas financeiras		(4.524)	(6.369)
Outros resultados financeiros, líquidos		123	(89)
Lucro antes dos tributos		82.792	74.997
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(18.626)	(18.396)
Corrente		(16.282)	(11.310)
Diferido		(2.344)	(7.086)
Lucro líquido do exercício		64.166	56.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	64.166	56.601
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	7.666	6.091
Baixa de ativos não circulantes	91	1.076
Resultado de participação societária	(10.665)	(9.646)
Tributos sobre o lucro	18.626	18.396
Resultado financeiro, líquido	(878)	5.158
Resarcimento do risco hidrológico - GSF	-	(14.181)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros fornecedores e contas a pagar e empreiteiros	(755)	(534)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(12.305)	(3.260)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(3.860)	114
Outros ativos e passivos, líquidos	1.770	(1.703)
Caixa líquidos proveniente das operações	66.422	57.565
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	12.061	1.288
Encargos de dívidas pagas	(1.080)	(1.865)
Rendimento de aplicação financeira	5.539	1.356
Pagamento de juros - Arrendamentos	(16)	(32)
Tributos sobre o lucro pagos	(4.369)	(2.820)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	78.557	55.492
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.878)	(6.837)
Resgate de títulos e valores mobiliários	(2.682)	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(13.560)	(6.837)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(14.621)	(14.582)
Depósitos em garantias	2.546	(250)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(82)	(65)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(60.278)	(27.704)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(72.435)	(42.600)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(7.438)	6.055
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.688	20.633
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.250	26.688
Transações que não envolveram caixa:		
Adições e reversões de provisão de contingência	16	379
Atualização provisão de contingência	2.875	4.287
Atualização depósitos judiciais	5.052	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	19.250	26.688
Contas a receber de clientes e outros	9	10.407	9.652
Títulos e valores mobiliários		2.682	-
Estoques		317	350
Dividendos		2.686	2.420
Despesas pagas antecipadamente		289	300
Outros ativos circulantes		757	824
Total do circulante		36.388	40.234
Não circulante			
Depósitos judiciais	15.1	8.911	-
Despesas pagas antecipadamente		1.561	1.683
Outros ativos não circulantes		1.826	1.674
Investimentos em participação societária	10	59.288	61.789
Direito de uso		41	43
Imobilizado	11	273.873	275.364
Intangível	12	18.300	19.374
Total do não circulante		364.340	359.927
Total do ativo		400.728	400.161
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	13	6.217	2.906
Empréstimos e financiamentos	14.2	1.825	13.432
Passivo de arrendamento		19	43
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1	10.709	8.232
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.1	2.935	3.256
Dividendos e juros sobre capital próprio	17.2	15.240	34.278
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	2.458	2.270
Outros passivos circulantes		1.094	500
Total do circulante		40.497	64.917
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	13	-	745
Empréstimos e financiamentos	14.2	-	425
Passivo de arrendamento		13	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.1	1.576	1.127
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	14.852	12.508
Provisões e outras obrigações	16	28.264	25.179
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	15.268	15.006
Outros passivos não circulantes		382	667
Total do não circulante		60.355	55.657
Patrimônio líquido	17		
Atribuído aos acionistas da Companhia		299.876	279.587
Total do patrimônio líquido		299.876	279.587
Total do passivo e do patrimônio líquido		400.728	400.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	64.166	56.601
Resultado abrangente do exercício	64.166	56.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social		Reserva de lucro		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados		Total	
	Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos		acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	175.075	14.513	57.989	32.010	-	-	-	279.587	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.166	64.166	-	128.332
Transações com os sócios:									
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.b)	-	-	-	(26.000)	-	-	-	(26.000)	102.332
Destinação do lucro líquido:									
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.b)	-	-	-	-	12.909	(30.786)	(17.877)	-	85.455
Constituição de reservas de lucros (nota 17.4)	-	3.208	-	30.172	-	(33.380)	-	-	52.075
Saldos em 31 de dezembro de 2022	175.075	17.721	57.989	36.182	12.909	-	-	299.876	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	175.075	11.683	19.451	54.010	-	-	-	260.219	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	56.601	56.601	-	316.820
Transações com os sócios:									
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.b)	-	-	-	(22.000)	-	-	-	(22.000)	294.820
Destinação do lucro líquido:									
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.b)	-	-	-	-	-	(15.233)	(15.233)	-	279.587
Constituição de reservas de lucros (nota 17.4)	-	2.830	-	38.538	-	(41.368)	-	-	241.354
Saldos em 31 de dezembro de 2021	175.075	14.513	57.989	32.010	-	-	-	279.587	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Geração CIII S.A. ("Geração CIII" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, controlada integralmente pela Neoenergia S.A., constituída em 31 de julho de 2006, com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III. O consórcio é formado pela Geração CIII (60%) e pela Energética Corumbá III (40%). Importante ressaltar que a Geração CIII possui ainda 25% de participação na Energética Corumbá III, onde também participam a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). A UHE Corumbá III tem capacidade instalada de 96,45MW e iniciou sua operação comercial em outubro de 2009. Sua garantia física é comercializada através de contrato firmado com a Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (CEB), com vigência até 2036. Essa energia irá suprir 10% da demanda de Brasília, ocupando um papel estratégico no país; em caso

GERAÇÃO CIII S.A.

CNPJ nº 08.274.591/0001-05 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoennergia S.A

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	100
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	2.100

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas: As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Contas a receber de clientes e outros
11.1	Imobilizado
16.1	Provisão para processos judiciais

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes: a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. 2.6 Participação em consórcio: A Companhia participa com 60% no Consórcio Empreendedor Corumbá, liderado pela Geração CIII, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação: • Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da sua participação; • O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia; • Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, quando existentes. Os balanços patrimoniais do Consórcio Empreendedor Corumbá, levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, são sumarizados como segue:

Balanços Patrimoniais		2022	2021
Ativo		499.754	483.561
Circulante		6.397	2.237
Não circulante		493.357	481.224
Passivo		499.754	483.561
Circulante		8.193	3.729
Não circulante		47.763	43.074
Patrimônio líquido		443.798	436.758
Demonstrações de Resultado		2022	2021
Aportes recebidos		16.550	16.293
Ressarcimento de despesas		(16.550)	(16.293)
Despesa de depreciação e amortização		(10.959)	(10.724)
Excesso das despesas operacionais sobre os aportes		(10.959)	(10.725)

a) Política contábil: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integram direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se à sua responsabilidade ("Participação") nestas operações.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia	113.681	93.862
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	767	1.602
Receita operacional bruta	114.448	95.464
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(12.857)	(10.724)
Receita operacional, líquida	101.591	84.740

	2022	2021
Tributos	(10.586)	(8.830)
PIS e COFINS	(10.586)	(8.830)
Total	(21.172)	(17.660)

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH);

3.2 Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), onde a comercialização de energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2022	2021
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(8.301)	(8.565)
Energia curto prazo - PLD e MRE	(1.140)	(2.025)
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF (nota 11)	-	14.181
Outros	(25)	(25)
Subtotal	(9.466)	3.566
Créditos PIS e COFINS	833	1.057
Total	(8.633)	4.623

	2022	2021
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(12)	(14)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.664)	(2.190)
Subtotal	(2.676)	(2.204)
Créditos de PIS e COFINS	389	199
Total	(2.287)	(2.005)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas		
Custos de operação	(1.190)	(1.627)
Custos de administração	(2.311)	(2.800)
Total	(3.501)	(4.427)

(1) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

	2022	2021
5.1 Serviços de Terceiros		
Serviços técnicos e Manutenções	(4.749)	(4.399)
Tecnologia da Informação	(46)	(38)
Serviços Jurídicos	(83)	(28)
Consultoria e auditoria	(138)	(291)
Comunicação	(33)	(31)
Vigilância	(367)	(323)
Crédito PIS e COFINS	392	404
Outros serviços	(2.951)	(1.787)
Total	7.974	6.494

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras (1)	5.539	1.356
(-) Tributos sobre receita financeira	(263)	(64)
Outras receitas financeiras	3	8
Total	5.279	1.300
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (2)	(1.120)	(1.831)
Atualização de provisões para processos judiciais	(225)	(486)
Uso do bem público	(2.897)	(3.966)
Outras despesas financeiras	(282)	(86)
Total	(4.524)	(6.369)

Outros resultados financeiros, líquidos
Perdas com variações monetárias
Ganhos com variações monetárias

	2022	2021
Resultado financeiro líquido		
(1) Aumento deve-se ao incremento de saldo de caixa no exercício, bem como a crescente alta da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras; (2) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação.	878	(5.158)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%). 7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	82.792	74.997
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(28.149)	(25.499)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	5.978	4.056
Incentivos fiscais	-	8
Resultado de participações societárias	3.626	3.382
Outras adições	(81)	(343)
Tributos sobre o lucro	(18.626)	(18.396)
Alíquota efetiva	22%	25%

Corrente (16.282) (11.310)
Diferido (2.344) (7.086)

7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Diferenças temporárias:

	2022	2021
Provisão para processos judiciais	361	285
Arrendamentos capitalizados	(2)	-
Depreciação acelerada	(10.971)	(8.243)
Ressarcimento do Risco Hidrológico - GSF	(4.341)	(4.822)
Outros	101	272
Total	(14.852)	(12.508)

Passivo não circulante
As variações dos tributos diferidos são as seguintes:
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (14.852) (12.508)
Efetivos reconhecidos no resultado Saldo em 31 de dezembro de 2022 (5.422) (4.852)
Efetivos reconhecidos no resultado Saldo em 31 de dezembro de 2021 (12.508) (12.508)

	2022	2021
IRPJ	7.977	6.262
CSLL	2.732	1.970
Passivo	10.709	8.232

7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômico, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. 7.2 Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	11	6
Programa de integração social - PIS	152	135
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	709	626
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.481	1.949
Outros	132	122
Outros tributos a recolher	2.485	2.838
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.665	1.336
Outros	361	209
Encargos setoriais	2.026	1.545
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	4.511	4.383
Circulante	2.935	3.256
Não circulante	1.576	1.127

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	873	340
Fundos de investimento	18.377	26.348
Total	19.250	26.688

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% (99,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI. As aplicações financeiras da companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento, Itaú Salvador e Santander Natal Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco (operações comprometidas), tendo, em 31 de dezembro de 2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos no ano de 2022 foi de 99,4% do CDI para o fundo BB Polo 28 (98,12% em 2021), 99,5% do CDI para o fundo Itaú Salvador (98,45% em 2021) e 99,57% do CDI para o fundo Santander Natal (99,43% em 2021).

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022	2021
Fornecimento de energia	10.291	9.507
Comercialização de energia na CCEE	116	145
Total	10.407	9.652

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2022	2021
Receivível	10.291	9.507
A vencer	10.291	9.507

9.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atuais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui participação acionária de 25% na investida Energética Corumbá III S.A., cuja movimentação é apresentada como segue:

	Investimento	Agio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.761	10.028	61.789
Equivalência patrimonial	10.665	-	10.665
Amortização de ágio	-	(300)	(300)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(12.326)	-	(12.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.100	(9.728)	59.828
Saldo em 31 de dezembro de 2020	44.163	10.328	54.491
Equivalência patrimonial	9.946	-	9.946
Amortização de ágio	-	(300)	(300)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.348)	-	(2.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.761	10.028	61.789

Abaixo a apresentação resumida do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício da investida em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	20.315	37.172
Imobilizado	202.908	203.042
Intangível	11.816	12.324
Outros ativos	20.677	13.222
Total de ativos	255.716	265.760
Empréstimos e financiamentos	6.752	15.620
Provisões para litígios	18.843	16.782
Outros passivos	29.729	26.320
Total de passivos	55.324	58.722
Patrimônio líquido	200.391	

GERAÇÃO CIII S.A.

CNPJ nº 08.274.591/0001-05 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A

15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de novembro de 2001, o Consórcio Empreendedor Corumbá, celebrou o contrato de concessão de geração, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Município de Luziânia, Estado de Goiás. Conforme aditivo ao contrato de concessão, a Geração CIII S.A., designada consorciada líder, detém 60% de participação na UHE Corumbá, enquanto a Energética Corumbá III S.A. detém 40% de participação. Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia pagará à União, de acordo com seu percentual de participação, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico pelo Consórcio Empreendedor Corumbá, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 751, do 6º ao 35º ano de concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período. A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.276
Atualização monetária	2.898
Pagamentos	(2.448)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.726
Circulante	2.458
Não circulante	15.268
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.968
Adição	356
Atualização monetária	3.966
Pagamentos	(2.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.276
Circulante	2.270
Não circulante	15.006

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisões para processos judiciais (nota 16.1)	2022	2021
	28.264	25.179
	28.264	25.179

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.179	-	25.179
Adições e reversões, líquido	(17)	-	(17)
Atualização monetárias	3.102	-	3.102
Saldos em 31 de dezembro de 2022	28.264	-	28.264
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.662	26	20.688
Adições e reversões, líquido	(260)	(23)	(283)
Atualização monetárias	4.777	(3)	4.774
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.179	-	25.179

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos: (i) Processos cíveis: Referem-se a ações cíveis que versam sobre demandas fundiárias relacionadas aos imóveis atingidos pelo empreendimento e um procedimento administrativo ambiental, com expectativa de perda provável, no montante de R\$ 28.264 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 25.179 em 31 de dezembro de 2021). b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

Processos cíveis (i)	2022	2021
Processos fiscais (ii)	22.065	17.286
	1.038	896
	23.103	18.182

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) Cíveis: Referem-se às ações de natureza cível, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. O montante de causas cujos assessores jurídicos da Companhia classificam a expectativa de perda como possível é de R\$ 22.065 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 17.286 em 31 de dezembro de 2021) em processos cíveis com expectativa de perda possível referentes à: (a) ações fundiárias relacionadas a implantação do empreendimento e, (b) processos ambientais para reparações por danos por força de supostas lesões decorrentes das atividades da UHE Corumbá III. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. (ii) Fiscais: A Companhia possui um total estimado de R\$ 1.038 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 896 em 31 de dezembro de 2021) com expectativa de perda possível, referente a auto de infração lavrado em razão da suposta falta de anotação no livro registro de apuração o valor correspondente ao diferencial de alíquota incidente na operação de aquisição das mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo imobilizado. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

Processos cíveis	2022	2021
	8.911	-
	8.911	-

d) **Política contábil e julgamentos críticos:** (ii) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (iii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social é de R\$ 175.075, correspondente a 175.074.501 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	175.074.501	100%	175.075
Total de ações	175.074.501	100%	175.075

17.2 **Lucro por ação e remuneração aos acionistas:** a) **Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Geração CIII S/A foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	64.166	56.061
Reserva legal	(3.208)	(2.830)
Lucro líquido ajustado	60.958	53.771
Reserva especial de retenção de lucros	-	(38.538)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	(30.172)	-
Lucro líquido a distribuir	30.786	15.233
Remuneração		
Mínima obrigatória (1)	15.239	15.233
Remuneração adicional	15.547	-
	30.786	15.233

Natureza da remuneração

Dividendos	13.204	3.304
JCP	17.582	11.929
	30.786	15.233

(1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF. Os valores pagos aos acionistas da Geração CIII S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2022				
AGO de 29 de abril de 2022		Dividendos	3.303	0,0188662001
RD de 23 de novembro de 2022	JCP	JCP	9.009	0,0681365129
RCA de 21 de junho de 2022	JCP	JCP	8.573	0,0489675853
			20.885	
2021				
RCA de 19 de julho de 2021		Dividendos	22.000	0,1256604312
RCA de 08 de dezembro de 2021	JCP	JCP	11.929	0,0681365129
			33.929	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Geração CIII S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Geração CIII S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geração CIII S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião com ressalva:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia identificou um erro de exercícios anteriores nas demonstrações financeiras de propósito especial do Consórcio Empreendedor Corumbá III, referente à apresentação e a atualização monetária dos depósitos judiciais, o qual foi corrigido em 31 de dezembro de 2022. Contudo, a Administração da Companhia não efetuou a reapresentação desse erro de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme o disposto no item 43 do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e "IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors" e nos requerimentos do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS - 1 "Presentation of Financial Statements". Como consequência, considerando que a Companhia não mensurou os impactos dessa correção de erro nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, não nos foi possível concluir sobre os possíveis efeitos dessa correção de erro nos valores correspondentes. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação devido à não comparabilidade dos valores do exercício corrente e dos valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

Saldos iniciais	2022	2021
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	34.278	26.539
Dividendos declarados	26.295	25.304
Juros sobre o capital próprio declarados	17.582	11.929
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(2.637)	(1.789)
Dividendos pagos no exercício	(45.559)	(22.000)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(14.719)	(5.705)
Saldos finais	15.240	34.278

17.3 **Reservas de lucros:** 17.3.1 **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 17.3.2 **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. 17.3.3 **Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de aumento de capital da Companhia. 17.4 **Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos a variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

18. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos; (v) compartilhamento de mão de obra; (vi) compartilhamento de recursos humanos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

	2022			2021		
	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nistas	Total	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nistas	Total
	Ativo					
Contas a receber e outros (a)	10.291	-	10.291	9.507	-	9.507
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	-	2.686	2.686	-	2.420	2.420
Outros ativos	2	-	2	-	-	-
	10.293	-	12.979	9.507	2.420	11.927
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b) (c)	2.654	815	3.469	1.132	649	1.781
Dividendos e juros sobre capital próprio (d)	-	15.240	15.240	-	34.278	34.278
Outros passivos	97	-	97	111	-	111
	2.751	15.240	18.806	1.243	34.927	36.170

	2022			2021		
	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nistas	Total	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nistas	Total
	Resultado do período					
Receita operacional líquida (a)	113.681	-	113.681	79.371	-	79.371
Custos dos serviços (b) (c)	(13.583)	-	(13.583)	(13.272)	-	(13.272)
Despesas gerais e administrativas	(1.064)	(815)	(1.879)	(1.086)	(649)	(1.735)
	99.034	(815)	98.219	65.013	(649)	(64.364)

18.3 Principais transações com partes relacionadas:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Venci-mento	Ativo / Passivo	Resul-tado do exercício
a)	NEOENERGIA BRASÍLIA	Contrato de venda de energia elétrica	IGP-M	15 anos	2037	10.291	113.681
b)	ENERGÉTICA CORUMBÁ III	Dividendos a receber	N/A	1 ano	2023	2.686	-
c)	NC ENERGIA	Contrato de compra de energia elétrica	IPCA	2 anos	2023	(705)	(8.301)
d)	IBERDROLA	Contrato de uso de marca	% da ROL	10 anos	2031	(815)	(815)
e)	NEOENERGIA S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	N/A	1 ano	2023	(15.240)	-

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 **Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	873	18.377	340	26.348
Títulos e valores mobiliários	-	2.682	-	-
Contas a receber de clientes e outros	10.407	-	9.652	-
	11.280	21.059	9.992	26.348
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	6.217	-	3.651	-
Empréstimos e financiamentos	1.825	-	13.857	-
Passivo de arrendamento	32	-	43	-
Uso do bem público	17.726	-	17.276	-
Outros passivos financeiros	1.261	-	856	-
	27.061	-	35.683	-

CA - Custo amortizado; VJR - Valor justo por meio do resultado. 19.2 **Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.8 (análise de sensibilidade). 19.3 **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	18.377	18.377	26.348	26.348
Títulos e valores mobiliários	2.682	2.682	-	-
	21.059	21.059	26.348	26.348

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. 19.4 **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	1.825	1.825	13.857	13.857

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). 19.5 **Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisões que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor capturado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 19.6 **Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. Os empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado à *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. 19.7 **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Taxa no exercí-cio	Exposição (Saldo/ Nocional)	Ce-nário Prová-vel	Im-pacto rio (II)	Im-pacto rio (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	25.379	3.474	(521)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e financiamentos						
Divida em TJLP	TJLP					